



Renan Calheiros:
'Se intervier na CPI,
o governo vai ajudar
a politizar a comissão'



ALFREDO GASPAR, ATÉ QUANDO?

Empresário executado a sangue frio era fã e amigo pessoal do atual secretário de segurança

Alagoanos querem saber: "Quem mandou matar Kléber Malaquias?"



Juiz aposentado
Marcelo Tadeu



Ex-delegado geral da Polícia Civil
Paulo Cerqueira

AÇÃO MEQUETREFE

Caso é referente a devolução de R\$ 4,6 milhões para compra de respiradores

Oposição e imprensa de Collor exigem dinheiro já devolvido ao Estado

FOGO EM BRASÍLIA

Ministra Cármen Lúcia dá 5 dias para o deputado se manifestar sobre prazos

Supremo manda Arthur Lira explicar não abertura de impeachment contra presidente



PANDEMIA

Ex-presidente defende investigações em 'futuro próximo'

Senador Fernando Collor critica instalação da CPI da Covid: "será uma Babel eletrônica"

SAIU NO ESTADAO!

Renan Calheiros: 'Se intervier na CPI, o governo vai ajudar a politizar a comissão'

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) será o relator da CPI da Covid. A informação foi confirmada na manhã desta sexta-feira (16) pela assessoria de imprensa

Por onde o senhor acha que deve começar o caminho da investigação da CPI?

Essa será uma CPI muito importante. Terá uma composição qualificada. E o seu trabalho será facilitado porque muita coisa que ela investigará é pública. As pessoas abordam a gente na rua e perguntam assim: 'Você acha que, se o presidente tivesse acertado a mão, quantas mortes o País poderia ter evitado?' A gente não faz ideia. A CPI responderá essas coisas inevitavelmente.

Ao longo dos tempos, as CPIs, na maioria das vezes, investigam casos de desvios de recursos públicos. Essa vai lidar com problemas que podem ter provocado milhares de mortes. Isso pode dar um caráter mais emocional para os trabalhos da comissão?

Eu acho que, do ponto de vista da opinião pública, sim. Do ponto de vista da investigação, não. A investigação necessariamente terá de ser técnica e criteriosa para que nós não incorramos em erros.

O governo trabalhou politicamente para evitar a instalação da CPI. O senhor acha que, agora, o governo vai agir para impedir o avanço das investigações dentro da comissão? Vai ser uma espécie de beque?

Não tenho nenhuma dúvida. Porque em todos os momentos esse assunto foi mal conduzido pelo governo. E isso, inclusive, cobrou um preço altíssimo do próprio presidente do Senado Federal. Acho que o governo continuará errando, mas ele tem características, a essa altura, bastante conhecidas.

O governo pode tentar barrar convocações de alguns de seus integrantes e ex-integrantes, como o ex-ministro Eduardo Pazuello, por exemplo?

Acho que não. Porque a CPI vai ter que, em primeiro lugar, estabelecer um plano de investigação coletivo. Não é de ninguém. E ela própria definirá os seus limites.

O Planalto deseja que a investigação da CPI também chegue a Estados e municípios, e isso foi apensado ao fato determinado da comissão. Como isso vai ser feito?

do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que assumirá a vice-presidência do colegiado. O senador Omar Aziz (PSD-AM) será o presidente da comissão de investi-

Há unanimidade na CPI com relação à necessidade, quando houver crime conexo, de investigar Estados e municípios. Mas apenas nessa condição. Você não pode fazer uma Comissão Parlamentar de Inquirição contra governadores ou prefeitos ou contra o presidente da República. Tem de fazer a investigação.

Uma das críticas que os governistas fazem à possível indicação do seu nome para a relatoria da CPI é que o senhor é pai do governador de Alagoas, Renan Filho...

A CPI só se torna necessária, como esta que vai se instalar, quando os fatos não estão sendo devidamente investigados nos órgãos competentes. E nós vamos ver essas circunstâncias também Estado por Estado.

O senhor disse, na semana passada, que, se o governo tentar interferir na CPI, dará com os burros n'água. Com todo o poder que o presidente tem na sua caneta, não há como o governo tentar ter algum tipo de controle da CPI?

Se o governo intervier na CPI, o tiro vai sair pela culatra. Ele próprio acaba ajudando a politizar a investigação. Piora as coisas. Com isso, todos os governos perdem. E acho que esse governo precisa encontrar uma maneira de conviver com essa investigação. Porque esse é um procedimento constitucional. Não há como não fazê-lo. A sociedade cobra isso de todos nós. E a CPI é um instrumento sagrado da minoria. Eu adverti o presidente do Senado várias vezes que ela seria instalada. Porque só três pré-requisitos são analisados: se tem fato determinado, se tem número mínimo de assinaturas e se tem prazo para investigação. Cumpriu tudo.

O presidente Bolsonaro disse que a CPI era inadequada porque poderia ser feita apenas contra ele e se transformar num palco eleitoral para 2022. Ele tem razão nessa queixa?

Ele mesmo pode colaborar para que isso aconteça. Na medida em que queira ameaçar, dificultar os trabalhos, evitar que alguém seja convocado. Isso tudo pode agilizar essa politização que eles tanto temem. Acho que já erraram bastante na instalação. Porque deveríamos ter essa comissão instalada em fevereiro.

gação. Ainda de acordo com a assessoria de Randolfe. O colegiado vai apurar se o governo federal cometeu irregularidades na conduta da pandemia, principalmente no

colapso registrado em Manaus, que enfrentou falta de oxigênio e outros insumos hospitalares. A investigação também deve apurar desvios de recursos federais nos

repases a estados e municípios. Antes de ser escolhido para ser o relator, Calheiros concedeu entrevista fazendo uma análise de como irão funcionar as investigações.



A investigação necessariamente terá de ser técnica e criteriosa para que nós não incorramos em erros

Estamos na metade de abril. E até agora não a instalamos. Tudo isso significa dizer que a investigação vai sendo levada para a proximidade da eleição. Se isso ajuda a politizar, eu não sei. Só sei que na medida em que o governo quer interferir na investigação, ajudará, com certeza, a politizar sim.

Por onde a CPI deve começar?

Precisamos, agora, instalar a comissão, eleger o presidente, que vai, de acordo com a correlação de forças, designar o relator. Não há disputa entre

nós. Estou muito satisfeito por integrar a comissão. Não preciso ter um cargo a mais. E acho que a CPI precisa ser necessariamente técnica. Por onde começar, precisará ter um rigor técnico muito grande para não derivar, por iniciativa da própria CPI, para essa politização.

E o senhor está convencido de que a CPI tem fundamentos para ter sido criada?

Ela tem fatos determinados a investigar e muitos deles são públicos. Confessados. O que, disse e repito, facilitará a investigação.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Martins
Editor Geral
josefernandomartins@gmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL - CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975



ALEGRIA EM FORMA DE SORVETE

MR. SHAKE PAJUÇARA - AV DR. ANTÔNIO GOUVEIA, Nº 475

MILK SHAKE PREMIUM

A PARTIR DE
R\$ **8,00**



AÇAÍ CLÁSSICO

A PARTIR DE
R\$ **10,90**



CASCÃO TRADICIONAL

R\$ **4,00**



SUPER SUNDAE

R\$ **10,00**



SUNDAE

R\$ **7,00**



MIX SUNDAE

R\$ **12,00**



AÇÃO MEQUETREFE

Caso é referente a devolução de R\$ 4,6 milhões para compra de respiradores

Oposição e imprensa de Fernando Collor exigem dinheiro já devolvido ao Estado

O deputado estadual Davi Maia e o Ministério Público de Contas bancaram os “alarmistas” referente ao caso do calote que o Consórcio Nordeste deu no estado de Alagoas quando se tratou da compra de respiradores. O fato ocorreu ano passado. Acontece, que quando houve o imbróglio, o governador Renan Filho já se movimentou para conseguir o reembolso dos R\$ 4 milhões investidos na saúde pública na luta contra a covid-19. Isso em junho de 2020.

À época, reportagens locais informaram que “segundo o Governo de Alagoas, o valor ressarcido foi de R\$ 4.662.971,58, referente ao pagamento de 50% do valor

que o Estado já tinha feito. Os respiradores deveriam ter chegado nunca foram enviados”. Em outubro, o Tribunal de Contas (TC) decidiu proibir o Governo de Alagoas de contratar com o Consórcio Nordeste até a resolução da denúncia de irregularidades na compra de respiradores para leitos de pacientes com Covid-19.

No entanto, o governo estadual já tinha “pulado fora” do Consórcio Nordeste. Porém, nesta semana, o Ministério Público de Contas (MPC) recomendou a instauração de tomada de contas especial, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) para que seja apurada a responsabilidade pelo

suposto dano ao erário causado pela compra de respiradores, que não foram entregues ao estado, via Consórcio do Nordeste, um assunto que já tinha sido encerrado.

Ainda conforme publicado na imprensa, a recomendação foi feita no fim de março, pelo então procurador-geral do MP de Contas, Gustavo Henrique Albuquerque Santos, como resultado da investigação solicitada pelo deputado alarmista Davi Maia (DEM) que relatou a existência de indícios de irregularidades administrativas no contrato firmado.

“Na primeira etapa, a Administração Pública, internamente, instaura uma comissão com poderes investigatórios no órgão em que ocorreu o dano, tendo como objetivo quantificá-lo. Concluídos os trabalhos, as apurações são remetidas ao Tribunal de Contas para julgamento, observados o contraditório e a ampla defesa”, disse Santos. E Davi Maia vai além cobrando a prisão de envolvidos. “Por que, até agora, ninguém foi preso? O governo não moveu uma simples palha para resolver. Por que o governo ainda aceita negociar com estes cidadãos que surrupiaram o dinheiro de Alagoas?”, perguntou.



Segundo o Governo de Alagoas, o valor ressarcido foi de R\$ 4.662.971,58, referente ao pagamento de 50% do valor que o Estado já tinha feito

GAZETAWEB.COM 🔍 ☰

POLÍTICA

ACOMPANHE A PROGRAMAÇÃO DA
TV CIDADÃ ALAGOAS
CANAL ABERTO 35.2

MP de Contas quer forçar o Estado a responder sobre suposto calote na compra de respiradores

Secretário Alexandre Ayres não respondeu a questionamentos do órgão sobre denúncia de irregularidades em contrato

Thiago Gomes
13 de Abril de 2021 às 11:39

AGILIDADE

Governo foi atrás do reembolso logo após constatação de fraude

O Governo de Alagoas recebeu no dia 12 de junho do ano passado, o reembolso do valor investido na compra de 50 respiradores para equipar Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) destina-

das ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19, mas que nunca chegaram ao estado. Os equipamentos foram adquiridos no dia 27 de abril daquele ano por meio de compra coletiva

realizada pelo Consórcio Nordeste e teriam fabricação europeia.

Após denúncias de fraudes na aquisição dos equipamentos, que resultaram na Operação

Ragnarok, da Polícia Civil do Estado da Bahia, deputados dos nove estados do Nordeste criaram a Comissão Parlamentar Interestadual (CPI), para acompanhar e fiscalizar as ações do

Consórcio Nordeste. Segundo o Governo de Alagoas, o valor ressarcido foi de R\$ 4.662.971,58, referente ao pagamento de 50% do valor que o Estado já tinha feito.

*O pH da água Vitale7 pode variar entre 6,5 a 7,5.

Viva com mais saúde.
Beba água com pH7*

MAIS SAÚDE

pH7

PARA VOCE

vitale7

📷 @aguavitale7
🌐 www.vitale7.com.br
📞 (82) 3013-5491

ATE QUANDO?

Empresário executado a sangue frio era fã e amigo pessoal do atual secretário de segurança

Alagoas quer saber: "Quem mandou matar Kléber Malaquias?"

A morte de Kléber Malaquias continua sem resolução. Após oito meses do crime, a Polícia Civil não anunciou o nome do suspeito de contratar atiradores para a execução do empresário. Malaquias, que era fã e amigo pessoal do secretário de Segurança Pública Alfredo Gaspar de Mendonça, foi morto a tiros dentro do banheiro da Casa da Buchada, estabelecimento situado na Mata do Rolo, em Rio Largo. O A Notícia recebeu a informação de fonte confiável que os envolvidos na morte já foram identificados, porém, o "manda-chuva" continua um mistério.

O "Caso Malaquias" voltou às manchetes após indiciamento pela Polícia Federal do ex-delegado geral da Polícia Civil Paulo Cerqueira, fato anunciado ao público na semana passada. Cerqueira é acusado de mandar matar o juiz aposentado Marcelo Tadeu. Ainda segundo a Polícia Federal, ele estaria fazendo um favor ao desembargador Washington Luiz.



Malaquias, que era fã e amigo pessoal do secretário de Segurança Pública Alfredo Gaspar de Mendonça



Juiz aposentado Marcelo Tadeu



Ex-delegado geral da Polícia Civil Paulo Cerqueira

Mas quem morreu no lugar do magistrado foi o advogado Nudson Harley, que se parecia bastante com o alvo principal. O crime aconteceu em 2009. Tadeu suspeitou na hora que sua morte tinha sido encomendada e foi atrás do delegado Paulo Cerqueira.

Cerqueira ignorou a hipótese de que Tadeu seria o alvo. Wendel Guarnieri, que matou Nudson Harley, teria inclusive recebido hospedagem da Polícia Civil dias antes do crime. É aí que o nome do desembargador Washington Luiz se conectaria com as duas mortes. Tadeu afastou o irmão do magistrado Wellington Damasceno Freitas, o Xepa, da prefeitura de Olho D'Água do Casado por irregularidades em 2009. E Malaquias, que teria ouvido os planos de Washington Luiz de mandar matar Marcelo Tadeu, denunciou o caso até no Fantástico.

Na semana passada, Marcelo Tadeu cobrou a resolução da morte de Kléber Malaquias e sobre o indiciamento de Cerqueira disse "que não ficou espantado".

O atirador

Ainda sem data marcada, o assassino confesso do advogado mineiro Nudson Harley Mares de Freitas, executado a tiros na noite de 3 de julho de 2009, em um dos bairros da orla de Maceió, foi pronunciado a júri popular na terça-feira (6). Antônio Wendell de Melo Guarniere é suspeito de ter sido contratado para assassinar o juiz Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira – hoje aposentado. Na noite do crime o magistrado havia entrado em uma farmácia para fazer compras no mesmo momento que o advogado saiu de uma pousada ao lado da farmácia e se dirigiu a um telefone público a fim de ligar para a esposa. Antônio Wendell, que seguia o magistrado, teria se confundido e atirado no advogado que tinha as mesmas características físicas do magistrado. Nudson foi alvejado no momento que dava boa noite a esposa, que ouviu o barulho do disparo e os gritos do marido.

Vereador envolvido

Eleito um dos novos 11 vereadores de Rio Largo na eleição de 15 de novembro, o policial civil e corretor de imóveis e de seguros Vanildo Rufino dos Santos, de 58 anos, é um dos principais investigados no assassinato do empresário Kleber Malaquias de Oliveira, executado a tiros na tarde do dia 15 de julho

último. Malaquias, conhecido pelas denúncias contra membros do Judiciário e várias administrações municipais, incluindo a do prefeito rio-larguense Gilberto Gonçalves (PP), foi morto no dia em que completava 41 anos e comemorava o aniversário na Casa da Buchada, bar-restaurante localizado na Mata do

Rolo.

Foi alvejado a tiros quando saía do banheiro do estabelecimento. As primeiras conclusões do inquérito policial que tem à frente o delegado Lucimério Campos e já enviadas à Justiça estão sob o mais absoluto sigilo, mas sabe-se que, além de Vanildo Rufino, que teria inter-

mediado o crime, contratando os pistoleiros, outro investigado como envolvido na execução do empresário é o motorista do vereador eleito, Marcos Maurício Francisco dos Santos, que já foi réu numa ação judicial pelos crimes de cárcere e tortura, mas que acabou escapando da punição porque o crime prescreveu.

COM A FOME FICA MUITO DIFÍCIL APRENDER

Vamos entregar milhares de kits pedagógicos para crianças e jovens. E, para suas famílias, vamos oferecer também cestas de alimentos e de material de limpeza. Assim, todos vão estudar protegidos e bem alimentados.

Sabemos que não é fácil, mas com a sua ajuda é possível.

DOE AGORA: LBV.ORG



realização



apoio



ALAGOAS

INFORME PUBLICITÁRIO

Entenda por que a Braskem está fazendo **OBRAS NOS POÇOS DE SAL** em Maceió

Quem passa pela área de desocupação pode acompanhar o **tráfego de caminhões, de técnicos e a instalação de equipamentos** como máquinas e torres metálicas em vários trechos dos bairros. Boa parte dessa movimentação tem a ver com as obras para **fechamento ou preenchimento** dos poços de sal. Mas como isso está sendo feito no dia a dia? **Acompanhe aqui** os detalhes:



A EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA FOI ENCERRADA

Desde maio de 2019, a Braskem encerrou a extração de sal-gema em Maceió e, como consequência, precisou paralisar a operação da fábrica de cloro-soda no Pontal da Barra, que usa o sal como matéria-prima. A empresa já vinha fazendo estudos, utilizando até mesmo sonares de última geração, para verificar as condições de cada um dos poços, e aprovou junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) **um plano para a sua estabilização e monitoramento**. E isso está sendo feito agora.



UM CANTEIRO CENTRALIZA AS OBRAS NOS POÇOS

No terreno ao lado do antigo Hospital José Lopes, no Mutange, está instalado o Canteiro Central de Operações para o fechamento e preenchimento dos poços de sal. Placas também estão sendo instaladas nos bairros, para indicar o que acontece em cada poço onde a Braskem vem trabalhando. As obras devem durar **cerca de três anos** e estão sendo acompanhadas pela Agência Nacional de Mineração.



MAS É FECHAMENTO OU PREENCHIMENTO?

Os estudos feitos por institutos nacionais e internacionais mostram qual a **técnica mais adequada** para ser usada em cada um dos 35 poços de sal:

- Em 4 deles, a cavidade será preenchida com **areia** - que fica estocada no Canteiro Central de Operações. Em dois deles, o preenchimento foi iniciado em novembro do ano passado;
- **18 poços** estão sendo tamponados (dos quais 5 já estão em processo de conclusão);
- **8 poços** estão sendo monitorados para a **escolha da técnica** a ser usada; e
- 5 estão em confirmação de **preenchimento natural**.

Todos os poços são **permanentemente monitorados com instrumentos de alta tecnologia**, que também estão sendo instalados, para a segurança do seu entorno e de toda a área.



A FÁBRICA DO PONTAL DA BARRA VOLTOU A FUNCIONAR

Usando sal importado do Chile, a fábrica de cloro-soda da Braskem voltou a funcionar em **fevereiro** deste ano. O sal agora **chega de navio** ao Porto de Jaraguá, e é armazenado com segurança em um pátio apropriado junto ao cais - de onde segue para a fábrica em caminhões. O controle do desembarque e do armazenamento é feito por drones com tecnologia 3D. A Braskem também investiu em **adequações de segurança para o retorno das atividades**, incluindo medidas rigorosas de prevenção da Covid-19 para a proteção de seus funcionários.



COMPROMISSO COM ALAGOAS E OS ALAGOANOS

Durante o período em que a fábrica ficou parada, a Braskem fez treinamento e capacitação dos seus funcionários e **evitou as demissões** - só essa unidade gera mais de **500 empregos diretos e cerca de 2 mil indiretos**.

As fábricas da Braskem em Alagoas, localizadas em Maceió e em Marechal Deodoro, são um importante pilar da cadeia produtiva da química e do plástico no Estado, que conta com cerca de 60 empresas e emprega 12 mil pessoas. Por ano, a operação da Braskem contribui para a movimentação de **R\$ 1,5 bilhão na economia alagoana** e gera uma arrecadação de **R\$ 150 milhões em ICMS**.



Para saber mais sobre estas e muitas outras ações feitas em Maceió, acesse **braskem.com.br/alagoas**.



FOGO EM BRASÍLIA

Ministra Cármen Lúcia dá 5 dias para o deputado se manifestar sobre prazos

Supremo manda Arthur Lira explicar não abertura de impeachment contra presidente

A ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia determinou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se manifeste sobre um pedido apresentado à corte para que o deputado analise os processos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro apresentados à Casa. A decisão é do dia 13 de abril e dá prazo de até cinco dias para a resposta de Lira. No dia 7 de abril, a ministra negou liminar apresentada pelo advogado Ronan Wielewski Botelho, mas ele recorreu da decisão por meio de agravo regimental. Como Lira é o agravado, a ministra deu prazo para que o presidente da Câmara se manifestasse.

A ação - um mandando de injunção - pedia a edição de uma norma ou lei para regulamentar os prazos para apreciação dos requerimentos de impeachment. Para o advogado, há uma lacuna na legislação que permite ao presidente da Câmara apreciar os pedidos apenas quando quiser, o que pode ser considerado prevaricação ou omissão.

"Se o prazo se inicia quando o presidente da Mesa Executiva bem quiser, estamos diante de um grande erro jurídico democrático. No caso em debate, há nítida falta de norma jurídica para que se tenha o devido processo legal. É urgente tal regulamentação", diz o pedido. Ainda na ação, o advogado pedia que o STF determinasse a Lira a apresentação de todos os pedidos de afastamento de Bolsonaro ao STF e à Procuradoria-Geral da República (PGR), assim como os movimentos administrativos relacionados a eles. Há mais de cem requerimentos protocolados na Câmara. Na decisão, a ministra afirmou não haver dispositivo constitucional que imponha o dever de regulamentar algum prazo para o presidente da Câmara apreciar os pedidos de impeachment.

"Constata-se ausente, no presente processo, a demonstração de quais direitos e liberdades constitucionais estariam sendo inviabilizado em seu exercício pela falta de norma regulamentadora a ser editada pela autoridade e pelo órgão apontados como parte passiva na presente ação." (Com Estadão)



PANDEMIA

Ex-presidente defende investigações em 'futuro próximo'

Senador Fernando Collor critica instalação da CPI da Covid: "será uma Babel eletrônica"

O senador Fernando Collor (Pros-AL) afirmou nesta semana ser contra a instalação da CPI da Covid que investigará o governo de Jair Bolsonaro mediante a pandemia do novo coronavírus. "Falo isso com a experiência. De quem já viveu episódios dramáticos da vida nacional. De quem sabe como funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma CPI é tudo aquilo que a população não merece", disse o parlamentar.

"O povo está em busca de um direito que é o direito à saúde. É o direito à vida. É o direito à sobrevivência. Gostaria que este momento de grave instabilidade pela qual estamos passando sirva de alerta para todos nós", declarou o ex-presidente. "A população não está interessada se houve desvio de recursos aqui ou acolá no presente momento. No presente momento a população está em



busca de vacina, vacina, vacina", disse Collor, que foi alvo de uma CPI quando era presidente da República.

Por fim, ele concluiu: "A CPI será uma Babel eletrônica". Collor se dirigiu aos presidentes

dos Três Poderes para pedir união neste grave momento de pandemia. "Chega de pugilato verbal. Chega de disse-me-disse. Chega de fofocas", cravou o ex-presidente da República, que também fez críticas à decisão do

ministro do STF Luís Roberto Barroso de mandar o Senado instalar a CPI da Covid. "Chega de atitudes inopinadas, como esta que foi adotada por um ministro do Supremo Tribunal Federal em relação ao Senado", continuou.